

Por que o ministro se cala sobre as letras mágicas PCC? As respostas

YAHOO!

Claudio Tognoli

Yahoo Notícias 8 de janeiro de 2017



Alexandre de Moraes

Neste domingo, foi anunciado que o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, vai se reunir no próximo dia 17 com secretários de Assuntos Penitenciários e de Segurança Pública de todos os estados e do Distrito Federal para discutir ações para conter a crise do sistema penitenciário no país.

Espero que ele explique algo...

Foi manchettato na Folha de S. Paulo a 23 de maio de 2014:

*O deputado estadual Luiz Moura (PT) participou de uma reunião, em março deste ano, em que estavam presentes ao menos 13 integrantes da facção criminosa PCC, de acordo com informações obtidas pela **Folha** com a cúpula da polícia.*

Entre eles estava um dos criminosos acusados de participar do furto do Banco Central, no Ceará, em 2005, quando foram levados R\$ 164,8 milhões, além de um procurado da Justiça por roubos a bancos.

A reunião ocorreu na sede da Transcooper, zona leste da capital, cooperativa da qual o deputado faz parte, segundo documentos da Junta Comercial de São Paulo.

Moura é aliado do secretário municipal de Transportes, Jilmar Tatto (PT).

A Transcooper tem permissão da prefeitura para explorar linhas de ônibus em três áreas da cidade.

E nesta segunda-feira, 9 de janeiro, faz aniversário de dois anos o rombo do Estadão:

O secretário da Segurança Pública, Alexandre de Moraes, aparece no Tribunal de Justiça de São Paulo como advogado em pelo menos 123 processos na área civil da Transcooper. A cooperativa é uma das cinco associações e empresas citadas em investigação que apura suposta formação de quadrilha e lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC).

O secretário afirmou, em nota, que “renunciou a todos os processos que atuava como um dos sócios do escritório de advocacia” no qual trabalhava. Ele disse ainda que solicitou, em 1.º de janeiro, uma licença temporária de sua inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Segundo a nota, Moraes começou a advogar para a Transcooper no dia 27 de janeiro de 2011 em causas civis e administrativas. “Não houve qualquer prestação de serviços advocatícios – nem pelo secretário nem pelos demais sócios – às pessoas citadas em possível envolvimento com o crime organizado, em 2014. O contrato se referia estritamente à pessoa jurídica da cooperativa”, informou a nota. Até esta quinta-feira, 8, Moraes permanecia no site do TJ como defensor da cooperativa.

Antes de ser anunciado para o cargo, Moraes comandava um dos mais famosos escritórios de advocacia em São Paulo. Entre seus clientes estão empreiteiras, associações e políticos.

São apenas indicativos de porque, talvez, o ministro da Justiça tenha evitado empregar as três letrinhas PCC, em suas entrevistas após o massacre do dia 1/1/17. São apenas indicativos de porque, talvez, o hoje ministro Moraes, tenha preferido mentir, no frigar dos ovos, referindo que tudo não passa de “acerto interno de contas”.

Com a palavra, o ministro...